

HISTÓRIA DA LITERATURA E HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA – ALGUMAS APROXIMAÇÕES

HISTORY OF LITERATURE AND HISTORY OF BOOK AND READING – SOME APPROACHES

Arnon Tragino¹

Mestre em Letras

Universidade Federal do Espírito Santo

(arnon.tragino@hotmail.com)

RESUMO: O artigo aborda a inter-relação entre a História da Literatura – área entendida tradicionalmente, de acordo com William Roberto Cereja, pela obra **Ensino de literatura** (2005), como parte dos estudos literários que documenta e categoriza as produções literárias em um período histórico – e a História do Livro e da Leitura – campo que, de acordo com Roger Chartier, no livro **À beira da falésia** (2002), indica as apropriações do processo de criação e circulação dos livros na história, bem como as práticas da leitura. Assim, o diálogo entre as duas áreas se dá a ver na percepção central de que a História da Literatura regulou em muitos momentos a disponibilidade dos textos, afetando suas apropriações e leituras. Teoricamente e metodologicamente, como informamos, o trabalho tem como principais aportes as pesquisas de Cereja (2005) que, mesmo dando foco à presença da literatura na sala de aula, apresenta questões sobre a História da Literatura; e Chartier (2002) que articula noções acerca das práticas de leitura influenciarem as condições materiais dos livros e vice-versa. O artigo enfim questiona quais são os efeitos da proximidade entre os dois campos, visto que é indissociável pensar hoje o contato dos leitores com as obras mais prestigiadas nas historiografias literárias com sua materialidade, o texto impresso, o livro.

Palavras-chave: História da Literatura. História do Livro. História da Leitura.

ABSTRACT: The article briefly discusses the interrelation between the History of Literature, area traditionally understood as, according to William Roberto Cereja in **Ensino de Literatura** (2005), part of literary studies which aimed at documenting and categorizing literary productions in historical periods; and part of the History of Books and Reading, area studied by Roger Chartier in **À beira da falésia** (2002), concerned with the appropriation, creation, and circulation processes books and the reading history and practices. The dialogue between the two areas is grounded under the perception that the History of Literature regulated, in many instances, the availability of texts thus affecting appropriations and readings. Theoretically and methodologically the main contributors to the discussion are Cereja (2005), even though focusing on the presence of literature in the classroom, has questions about the History of Literature; and Chartier (2002), who articulates notions of how reading practices affect the material conditions of the books and vice versa. The article finally highlights questions regarding the effects of the interrelations between the two areas, since today one cannot establish boundaries between the relationship of readers with the most prestigious works in the literary historiography and their materiality, the printed text, the book.

Keywords: History of Literature. History of Book. History of Reading.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

Tomando como horizonte os estudos críticos sobre a História da Literatura e a História do Livro e da Leitura (usamos os dois termos em letra maiúscula para nos referir aos seus conceitos e aos seus campos de atuação), o artigo busca pensar concisamente como ocorreria o funcionamento de uma linha condutora de interseção entre as duas áreas. Mais especificamente buscamos entender e exemplificar de quais modos são feitas aproximações entre os estudos do livro e da leitura com o campo da literatura que trata do cânone, da organização das estéticas literárias em escolas e da promoção de valores literários. Para tal incursão usaremos principalmente como aporte teórico as propostas de William Roberto Cereja (2005), Regina Zilberman (2004) e Hans Robert Jauss (1994) – para argumentarmos sobre o desenvolvimento da História da Literatura. E os pensamentos de Roger Chartier (1998; 2002; 2010 e 2012) – para discorrermos acerca de uma parte dos estudos sobre a História do Livro e da Leitura.

Em **Ensino de literatura** (2005), William Roberto Cereja delinea um panorama do surgimento da História da Literatura. Mesmo que seu foco seja a relação desta com o ambiente escolar, é válido trazermos para o trabalho em questão as deliberações do autor. Nesse sentido, a História da Literatura surge na Europa, no século XIX, na região da atual Alemanha e da França, como um modo de organização da literatura que correspondesse a duas formas de pensamento: o **Romantismo** e o **Positivismo**; o primeiro se preocupando com a visão estética da arte e o segundo observando o desenvolvimento científico (CEREJA, 2005, p. 127). Apesar da primeira obra historiográfica da literatura ter surgido na França, em 1733 (*Histoire littéraire de la France*, de Dom Antoine Rivet de La Grange), sua importância só foi divulgada no início do século XIX com a propagação do **nacionalismo romântico**, que também mobilizou a criação de histórias literárias alemãs e italianas no processo de unificação das nações (CEREJA, 2005, p. 130).

Dentro dessas circunstâncias, com a proposta do **Positivismo** em segmentar as ciências e dar maior rigor científico a várias áreas, a literatura se vinculou à história e ao pensamento historiográfico como uma maneira de fazer prosperar o nacionalismo, objetivando construir uma imagem de nação por meio das obras literárias, principais fontes de informação daquele período (CEREJA, 2005, p. 131). Mas por que a literatura se aproximou da história e não de outra área para se constituir como um campo importante de trabalho entre arte e ciência? A história positivista foi

grande fonte de material de pesquisa e estudo para a literatura: recuperando acontecimentos categóricos, essa história deu formato à história das nações por meio da busca empírica dos fatos, da objetividade minuciosa das fontes e do tratamento à totalidade do que ocorreu para que não houvesse margem de dúvida sobre os eventos (BIRARDI; CASTELANI; BELATTO, 2001, s/p). O processo orientou a literatura, por exemplo, a “fazer propaganda” sobre a burguesia nacionalista ascendente, que buscava se retratar no romantismo literário por ser a principal financiadora do movimento (CEREJA, 2005, p. 133). Certamente por isso o grande gênero daquele século foi o **romance histórico**, que teve sua difusão em todo o ocidente até o início do Modernismo (CEREJA, 2005, p. 134).

Com o investimento burguês já na segunda metade do século XIX, o objeto principal de trabalho da História da Literatura era os autores e as obras. A sistematização e a descrição da produção literária como mote para fazer veicular as informações do período, bem como a recuperação de seu início remoto, de seu desenvolvimento e sua “evolução” foram as ações que moveram a então formada disciplina de História da Literatura no âmbito acadêmico europeu (CEREJA, 2005, p. 97). Desse processo, com base na metodologia do **Positivismo**, surgiram as diversas categorizações em termos de qualidade (cânone) e temporalidade (estilos de época, escolas literárias, períodos literários, entre outros), criando, para isso, nomenclaturas como: **Trovadorismo** (séculos XII-XIV), **Humanismo** (século XV), **Classicismo** (século XVI), **Barroco** (século XVII), **Arcadismo** (século XVIII), **Romantismo** (XIX) e **Realismo** (século XIX) (CEREJA, 2005, p. 99).

Com as revoluções político-sociais no início do século XX, e os campos de atuação das ciências já delimitados, assim como as artes com suas esferas de atuação e intervenção, houve a influência para que a literatura seguisse caminhos próprios, abandonando ou relativizando antigas relações. Regina Zilberman, em **Estética da Recepção e História da Literatura** (2004), nos informa que depois de esgotadas as concepções positivistas e o grande avanço de áreas do conhecimento como a psicanálise, a sociologia, o marxismo e a linguística, além de abraçar também a instigante mudança de pensamento promovida pelas vanguardas europeias, a literatura rompeu com a história e buscou estabelecer novas formas de produção artística e metodologia de estudos com os setores citados (ZILBERMAN, 2004, p. 29-30).

Por essa mudança, deixou-se de lado as concepções desenvolvidas sobre o valor canônico das obras e sua conseqüente ideia de “evolução” pela periodologia: tornou-se inviável pensar um romance por meio das intenções autorais que determinavam sua causa pela história, como se a obra fosse um mero resultado histórico (ZILBERMAN, 2004, p. 31). A literatura nessa época deveria então ser pensada não mais com relação à sua origem, seja autoral ou histórica, mas sendo algo inerente à arte, ou uma rede conexões que intencionam alguma mudança social (ZILBERMAN, 2004, p. 32). Apoiando-se na corrente do **Estruturalismo**, no primeiro caso, e do **Marxismo**, no segundo, o campo da literatura (atravessado também pelo **Modernismo**) firmou-se naquele século como um setor importante de estudo no entremeio correspondente da arte e da ciência, e passou a adotar nomes como **Ciência da Literatura, Teoria da Literatura**, ou, mais recente, **Estudos Literários** (ZILBERMAN, 2004, p. 33).

Em termos de produção e metodologia científica, os dois paradigmas (o **Estruturalismo** e o **Marxismo**) dominaram a área da literatura por boa parte da primeira metade do século XX até o aparecimento de correntes teórico-críticas que questionaram esses ideais. Passada a efervescente noção de abalo, revolução e mudança, era claro que a literatura não poderia romper totalmente com a história, com o passado ou com o que já se tinha feito por meio dos estudos críticos e das criações artísticas. Um novo pensamento surgiu nesse contexto: a **Estética da Recepção** (ZILBERMAN, 2004, p. 33-37). Hans Robert Jauss, teórico alemão da literatura, foi o protagonista desta novamente corrente ao lançar em 1963, na Universidade de Constança, o ensaio: **A história da literatura como provocação à teoria literária**.

Jauss argumenta que as propostas da história da literatura não estavam equivocadas e por isso não poderiam ser esquecidas, mas que deveriam ser revisadas, observando que o rompimento promovido pelas correntes estruturalistas e marxistas não solucionavam problemas como: a projeção da arte (literária) como fator cultural, as intencionalidades da produção literária como questionadoras daqueles que a financiavam e a experiência de leitura como forma de rastrear a relação entre texto e leitor, público e obra, recepção e história (JAUSS, 1994, p. 9-14). A crítica às noções do **Estruturalismo** e do **Marxismo** era evidente, e para isso o autor encaminhou sua pesquisa para um campo que as duas correntes não enxergavam: o leitor na história literária. A proposta era reformular a História da Literatura ficando atento à sua

produção, circulação e recepção como um circuito que conferiria principalmente ao leitor a responsabilidade sobre a interpretação das obras (JAUSS, 1994, p. 22). Isso significava, por um lado, revitalizar o extenso trabalho das historiografias literárias, que elaboraram muitos materiais de recepção, e, por outro, diluir a literatura nas camadas não acadêmicas, ou seja, torná-la “pública” como objeto de apreciação dos leitores comuns (JAUSS, 1994, p. 23) – no contexto precedente e durante o trabalho de Jauss (décadas de 1940 a 1960), já se questionavam no meio acadêmico europeu o porquê do apagamento das historiografias literárias. No Brasil, por exemplo, foram publicadas diversas obras envolvendo essas questões, dentre elas: **Formação da Literatura Brasileira** (1957), de Antonio Candido, e **História da Literatura Ocidental** (1959), de Otto Maria Carpeaux.

Os frutos da pesquisa de Jauss se desenvolveram nas décadas seguintes com a difusão da **Estética da Recepção**, que muito contribuía para a literatura não se manter como uma arte longe do público ou dos leitores. Mais profundamente a isso, seu colega de trabalho e pesquisador também da Universidade de Constança, Wolfgang Iser, elaborou noções imprescindíveis sobre o aspecto da leitura, pelas obras **O ato da leitura** (1976) e **O fictício e o imaginário** (1991). Iser pensa a leitura como um processo que deslocaria as tradicionais perspectivas da interpretação: a presença de um autor ou de um texto absolutos, que determinam os caminhos de entendimento da leitura, não poderiam ser os únicos meios nessa prática (TRAGINO, 2013, p. 28). O teórico acredita que, ao ler, o leitor é forçado a converter a imagem material do texto em uma imagem virtual desse texto e, por esse princípio, a realidade virtual aí observada produziria sentidos (ISER, 1999, p. 9). Esse é o processo que ele chamou de **interação entre texto e leitor**, relação em que se observa a interseção entre a visão de mundo do leitor e o repertório do texto. A partir dessa interação obtêm-se o **preenchimento dos espaços vazios do texto** (outro conceito de Iser): dentro de uma estrutura de afeto, o leitor imerso no polo estético do texto recuperaria deste uma composição interpretativa subentendida, que sem o ato da leitura o texto por si não alcança (ISER, 1999, p. 126). Isso é também dar “realidade” ao sentido do texto para efetivar a comunicação entre a leitura e o leitor (ISER, 1999, p. 55).

No entanto, apesar da teoria ter prosperado, e muitos trabalhos acadêmicos corroborarem a importância da figura do leitor e das práticas de leitura como um método mais dinâmico para estudar literatura, a História da Literatura (objeto

importante para os conceitos da **Estética da Recepção**) teria uma nova queda nos anos seguintes.

Linda Hutcheon, em **Poética do pós-modernismo** (1991), nos informa que as críticas de Hayden White, no seu trabalho **Meta-história** da década de 1970, juntamente com o caráter descentralizador, a crise da representação e o abrandamento das ideologias no pós-modernismo promoveram certa “hibernação” da História da Literatura (HUTCHEON, 1991, p. 120). Era improvável sustentar um trabalho de pesquisa cronológica, com causas e consequências, que abrangesse um grande recorte temporal sem imprecisões, ou um rigor metodológico, no caso da História da Literatura, sobre tantas obras, sem desvios. A partir da década mencionada, pouco se ouviu falar na disciplina em questão como uma vertente dos estudos literários que poderia dar explicações acerca dos novos fenômenos na literatura.

Além de Hutcheon, o contundente Capítulo VI, do livro **O demônio da teoria** (1998), de Antoine Compagnon, diz que é inviável produzir obras historiográficas da literatura sem dispensar o caráter próximo da filologia que tal trabalho assumiria, bem como as divergentes discussões sobre a relação entre literatura e história (COMPAGNON, 2010, p. 195). Apesar disso, o autor francês reconhece que a História da Literatura pela comparação estritamente diacrônica que insere as obras (COMPAGNON, 2010, p. 195) e por ter sofrido com a crise da história (COMPAGNON, 2010, p. 204) ainda proporciona o contato mais elementar entre texto e contexto, projetando uma arte do passado e do presente a uma mudança ideológica do mundo, que pode fazer o leitor gravitar em uma desilusão, mas que isso não seja motivo para desistir de lê-la (COMPAGNON, 2010, p. 223).

Atualmente a História da Literatura ainda é feita e mantida por sua filiação à **Estética da Recepção**, embora seus métodos de estudos tenham sido realocados pelas críticas de Compagnon. De acordo com Cereja (2005), ainda são fortes no Brasil os trabalhos que se ligam ao pensamento de Antonio Candido, por exemplo. Complementando essa observação de Cereja, percebemos também a influência mais recente da publicação **História da Literatura Brasileira** (2007), de Carlos Nejar, que provavelmente fez reacender e recolocar a História da Literatura como um ponto inacabado de discussão nos estudos literários.

Disso pensado, observando agora as questões da História do Livro e da Leitura para a aproximação com a História da Literatura, chegamos às reflexões sobre os trabalhos de Roger Chartier, historiador francês e professor do *Collège de France*. Abordando sobre suas pesquisas acerca dos usos do livro e das práticas de leitura, aspectos de seu trabalho que apresentam uma preocupação em entender a cultura escrita da Europa moderna, o autor primeiramente se apoiou nos ideais da Escola dos Annales para formar sua metodologia de trabalho. Posteriormente, revendo esse método, aproximou-se da **História Cultural** e estabeleceu seu campo científico de atuação: aspectos morfológicos e materiais da História do Livro e da Leitura (TRAGINO, 2013, p. 26).

Por uma propriedade material, Roger Chartier, ao inverter sua metodologia de estudo sobre uma história social da cultura para uma história cultural da sociedade, focaliza por outro ângulo a representação dos objetos culturais. Esse ângulo, como decorrência, concede um novo local para o **sujeito** que se apropria desses objetos. No caso do leitor, essa modificação ocorre quando se observa a historicidade pela qual ele passou: as transformações de suas práticas, ao se apropriar dos objetos impressos, corroboraram para novas produções e maiores alcances de significados na leitura (TRAGINO, 2013, p. 27-28). No capítulo sobre o leitor em **A aventura do livro: do leitor ao navegador** (1998), Chartier argumenta que a **apropriação** dos textos é que daria meios para conceber leitores: após a criação da imprensa e a difusão da leitura, os materiais impressos democratizaram o acesso ao conhecimento, o que teria formado, neste caso, uma representação da “função leitor” (CHARTIER, 1999, p. 79). É possível notar melhor essa função quando o autor discorre sobre a mudança estrutural do suporte da leitura: a passagem do texto impresso para o texto digital, por exemplo, está reconduzindo o contato do leitor com a palavra. A tecnologia, neste caso, dá maior liberdade ao leitor, fazendo com que manipule o texto de forma a interferir até mesmo na sua autoria (CHARTIER, 1999, p. 80).

No texto “Escutar os mortos com os olhos”, Chartier (2010) reflete também, levando em conta a formação de uma cultura escrita após a difusão dos objetos impressos, que a leitura iria além de uma interação entre texto e leitor. É importante lembrar que historicamente, e mesmo antes da análise de Chartier, a leitura sempre esteve presente no processo de legitimação do leitor. Não apenas pelo caráter existencial, onde só haveria leitor se houvesse leitura, e vice-versa, mas mais pela

diluição dos discursos que proporcionariam formações estanques de identidade, ou que polarizariam dicotomicamente **leitor** e **leitura**, como se fez, por exemplo, na relação **língua** e **fala** na linguística (TRAGINO, 2013, p. 28). O caráter de **processo** ou **atividade** perpassa a leitura desde suas primeiras teorizações, acompanhando e/ou formulando, em contrapartida, a atuação do leitor (JOUVE, 2002, p. 17). Na modernidade, por outro lado, quando se passou a pressupor que a leitura é um ato silencioso, onde haveria um “mergulho no texto”, as condições desse processo se singularizaram e, com isso, passou-se a pensar a leitura como uma atividade inerente ao contato individual e íntimo com o texto (JOUVE, 2002, p. 23); daí o surgimento, por exemplo, de correntes formalistas e estruturalistas para entender os componentes internos do texto.

Para Chartier (2010), porém, outros agentes entrariam nesse processo, como, por exemplo, os editores, os revisores, os funcionários de impressão dos textos, as livrarias, os meios de comunicação, a educação formal, etc. (CHARTIER, 2010, p. 18). O pensador francês se preocupa em enxergar a leitura como um processo coletivo de produção de sentido do texto, e não apenas como um efeito de um ato individual e silencioso. Nas instituições escolares através da educação formal, por exemplo, o conceito tradicional de leitura legitimada pelo uso do cânone não seria aplicável aos “jovens que não leem”, pois estes, apropriando-se de objetos diferentes, praticam a leitura fora do controle escolar. Assim, ele argumenta que as ações escolares podem se apoiar nessa não-leitura como forma de conduzir o aluno a um acesso pleno a “textos densos e mais capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir e pensar” (CHARTIER, 1998, p. 103). O autor repensa a questão do livro, desse modo, observando seu caráter palpável ao desenvolver o seu trabalho dando afirmativa consideração aos produtores e aos suportes dos objetos impressos: tudo o que carrega a escrita, para Chartier, tem um valor inerente a essa mesma escrita (CHARTIER, 2010, p. 20).

A partir desse ponto torna-se problemática e polêmica a questão do livro, sendo que há a associação comum de ele agir apenas como um suporte da escrita, como um objeto físico que é manipulado pelo leitor e que carrega um discurso a ser recuperado por este. Ao longo da história este objeto foi posicionado à margem do que se colhia como *corpus* científico de análise, não possuindo, então, a premissa de ser estudado de modo sistematizado; era ele que carregava o estudo. Mais

precisamente com o desenvolvimento das questões culturais do século XX, o livro foi redescoberto e alçado como produto cultural (de consumo, principalmente), o que trouxe a ele um novo *status*: sua produção e circulação social se tornou relevante para a difusão do conhecimento atual (DARNTON, 2010, p. 39). Dessa interposição de valores acerca do livro, constituíram-se assim as áreas das teorias recepcionais e histórico-culturais. As primeiras levaram a cabo o protagonismo do leitor como condutor da leitura, como comentamos. Já as segundas, posteriormente, perguntaram: e o livro? Como ele se inscreve nessa história (da literatura)?

O livro então como produto cultural teve suas mutações e adaptações na história de acordo com as transformações feitas e as necessidades adquiridas pelo homem. Nesse caso, o aspecto físico do livro se modificou juntamente com sua escrita e evolução dos discursos (CHARTIER, 2010, p. 8). Dessa maneira, para ser criado como o conhecemos, o livro foi processado por agentes que delinearão o seu formato: não só a escrita de um autor como proprietário do objeto, mas a revisão, a edição e os ambientes de circulação também foram responsáveis pela representação que temos dele (CHARTIER, 2010, p. 16). O uso do livro e sua fisionomia assumiram importância como produtos não só para sustentar o conhecimento, mas também para fazer parte desse conhecimento, no centro de uma produção que confunde com a dos materiais impressos (CHARTIER, 2010, p. 9). O que então nos leva ao entendimento de que não é possível haver, encaminhar e difundir um saber à custa de discursos que renunciam a uma corrupção material, a uma negação ao livro e seu controle como objeto que se manipula; esse material participa de forma efetiva da construção dos significados de tal saber. Existe aí, enfim, uma não separação entre “forma e conteúdo” em que havendo escrita e seu suporte haveria de modo inseparável uma construção de mundo. (CHARTIER, 1998, p. 133)

Sabendo que o “mundo literário” se difundiu amplamente após a maior circulação da escrita, o surgimento da imprensa e os processos que dela se derivaram, Chartier (2010) entende assim que a literatura se dá a ver por sua relação com outras manifestações discursivas, estéticas ou não, na história. Não se pode pensar a cultura escrita sem a presença da estética representativa da literatura, sendo que ela formou diversas concepções utilitárias, hoje, para o homem; como, por exemplo: a nação, os comportamentos sociais, a perspectiva de vida, a ética, a moral, a crença, o mito, etc. (CHARTIER, 2010, p. 18). Chartier busca enxergar a literatura

também como um fato histórico (não somente ficcional) em que se inscrevem culturas de mundo diversas. Isso é o que ele propõe quando relaciona a literatura ao livro, por exemplo, momento em que as práticas de leitura e seus usos condicionam uma particularidade de criações e experiências, interferindo inclusive na crítica literária (CHARTIER, 2012, p. 5).

Assim, para além das noções de leitor, livro, leitura e literatura que se resguardam nas noções da área da História do Livro e da Leitura e que são desenvolvidas nas obras citadas, Chartier argumenta especificamente a respeito da História da Literatura em **À beira da falésia – a história entre certezas e inquietudes** (2002). Mais estritamente na “Terceira parte: Afinidades”, e no tópico “História e literatura” (CHARTIER, 2002, p. 255), o autor trabalha com a ideia de **apropriação** dos textos como a forma que as historiografias literárias encontraram para elaborar suas críticas. O ponto inicial da discussão é dizer que as correntes da literatura que pensavam o texto literário só o faziam desconsiderando o modo de produção material de tais textos, isto é, o **New Criticism** e o **Estruturalismo** (e a **Estética da Recepção** valendo-se da História da Literatura – apesar de acreditarmos, pelas noções de Iser [1999], que nessa corrente a materialidade do texto literário, o livro propriamente dito, estava embutido nas concepções de leitura) observaram a obra literária como um objeto que nasceu de uma voz autoral, transformou-se em veículo de comunicação/circulação social e foi absorvido pelos leitores. O texto ou o livro como suporte da escrita, tendo composição e formação próprias para se fazer circular, não era pensado por essas correntes; elas o viam como uma abstração (CHARTIER, 2002, p. 256).

É importante destacar que Chartier não é contrário a essa suspensão do texto como objeto abstrato de sentido:

Uma história da literatura é, pois, uma história das diferentes modalidades de apropriação dos textos. Ela deve considerar que o “mundo do texto”, (...) é o mundo de objetos e de performances cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção de sentido. Deve considerar paralelamente que o “mundo do leitor” é sempre aquele da “continuidade da interpretação” (...) a qual ele pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. (...) a história da literatura tem portanto como objeto primeiro o reconhecimento das fronteiras diversas conforme as épocas e os lugares, entre a “literatura” e o que não é ela. (CHARTIER, 2002, p. 257-258).

Para deixar clara essa intenção, o autor separa a História da Literatura em dois “blocos”: o mundo do texto e o mundo do leitor; o primeiro responsável pela materialidade e o segundo pela compreensão da obra em suas significações e críticas específicas. Considerando o universo deste “segundo mundo”, é possível perceber que as correntes criticadas por Chartier (a **Estética da Recepção**, por exemplo) perceberam minimamente a existência do “primeiro mundo”, o mundo do texto, mas elas apenas o colocaram dentro do mundo do leitor, como explicamos: o mundo do texto sendo o livro e o mundo do leitor sendo a prática da leitura. Mais diretamente pode-se dizer que tal reconhecimento ocorreu de modo implícito ou não intencional, uma vez que a proposta nuclear das correntes teórico-críticas recepcionais da literatura era realocar o protagonismo do texto (o objeto), até então inabalável por conta do **New Criticism** e do **Estruturalismo**, para o protagonismo do leitor (o sujeito) nos estudos literários. O destaque que Chartier faz desse ponto acontece porque a materialidade dos textos não era um objeto explícito de pesquisa à época.

Subsequente a isso, Chartier mostra que a História da Literatura tem muito a contribuir com os estudos do livro (ou dos materiais impressos que carregam o texto literário) se ela ampliar ou reformular por outras vias (aquelas que se ligam ao objeto físico da leitura) alguns assuntos já pertencentes à sua área:

[...] a variação dos critérios que definiram a “literariedade” em diferentes períodos; os dispositivos que constituíram o repertório das obras canônicas; os traços deixados nas próprias obras pela “economia das escrituras” na qual foram produzidas (assim, sendo as épocas, as restrições exercidas pela instituição, pelo patronato ou pelo mercado), ou, ainda, as categorias que constituíram a “instituição literária” (como as noções de “autor”, de “obra”, de “livro”, de “escritura”, de *copyright*, etc.) (CHARTIER, 2002, p. 258, grifos do autor).

É importante refletirmos que as discrepâncias conceituais ou elementares do objeto de estudo da História da Literatura (a documentação de períodos literários na história, no pensamento de Cereja [2005]) com aquilo que importa no âmbito das pesquisas da História do Livro e da Leitura (a apropriação dos materiais impressos e seus usos nas mãos dos leitores, segundo Chartier [2002]) não eliminam possíveis aproximações, isto é, a História da Literatura, mesmo com seu histórico atual de ser uma pertinência latente nas reflexões dos estudos literários, de acordo com Compagnon (2010), e já tendo trabalhado com o leitor (pelo surgimento da **Estética**

da Recepção), pode se reformular ao buscar respostas em seu componente mais embrionário: o livro físico. Chartier (2002) expõe essa proposta quando diz que:

Trata-se portanto, antes de mais nada, de construir um novo espaço intelectual que obrigue a inscrever as obras nos sistemas de restrições que limitam, mas que também tornam possíveis sua produção e sua compreensão. O cruzamento inédito de abordagens por longo tempo estranhas umas às outras (a crítica textual, a história do livro, a sociologia cultural) tem um objetivo fundamental: compreender como a recepção particular e inventiva de um leitor singular (ou de um ouvinte, ou de um espectador) encerra-se em uma série de determinações complexas e relacionadas – os efeitos de sentidos visados pelos próprios dispositivos da escritura; os usos e apropriações impostos pelas formas de “representação” do texto (na escrita ou no oral, o *volumen* ou no *códex*, no manuscrito ou no impresso, no livro ou na tela, etc.); as competências, as categorias e as convenções que comandam a relação de cada unidade com os diferentes discursos. É analisando conjuntamente essas diferentes determinações e reintroduzindo no centro de seu questionamento a historicidade e, portanto, a descontinuidade de seus objetos, que a história literária e a crítica textual poderão afirmar sua pertinência, em uma época em que todas as disciplinas (inclusive a história e as ciências mais “duras”) voltam-se para a dimensão necessariamente “literária” de sua escritura. (CHARTIER, 2002, p. 259, grifos do autor).

Cabe mencionar que seria portanto inesperado pelos estudos literários enxergar um tratamento para a História da Literatura longe do seu amplo aspecto: a metodologia tradicional abordada pela cronologia histórica, as produções dos autores num caráter “evolutivo”, ou as causas e consequências que fizeram surgir tal obra literária específica, como comentamos inicialmente na discussão do trabalho de Zilberman (2004). Nessa mesma expectativa, o novo fôlego de pesquisa, proposto por Chartier (2002), não seria dispensar o tradicional método da área, mas acrescentar um caráter mais palpável ao objeto de estudo, ou seja, o livro de literatura, considerado em seu aspecto físico na produção e circulação, fato que poderia justificar os caminhos que o cânone literário tomou, por exemplo, desde seu surgimento para auxiliar na formação das nações à sua singular contemplação pelos leitores nas práticas individuais de leitura.

A partir deste pensamento de Chartier, e buscando aproximar estas últimas ideias com as noções da História da Literatura que abordamos no início do trabalho, como podemos fazer uma aproximação teórica entre as partes? Como podemos imaginar metodologicamente uma relação entre o objeto impresso físico, foco da

História do Livro e da Leitura, num meio onde a tradição historiográfica da literatura atua?

Inicialmente devemos pensar num contexto onde se enxerga o livro de literatura como ponto central de uso social, ou seja, sua fabricação (de modo estrito, ou sua atividade autoral mais elementar) e sua leitura (de modo a ser apropriado, ou efetivamente lido). Em seguida devemos observar que a escrita, a “história” daquele livro, possui referências e intertextualidades que serão rastreadas no ato da leitura, mas isso só poderá acontecer se o leitor estiver com o objeto em mãos, percorrendo com o olhar os seus signos e decodificando o seu texto. Durante o processo, que depende substancialmente do conhecimento de mundo do leitor, a História da Literatura aponta o trajeto percorrido por aquele discurso, sua origem e relações próximas, como também suas transformações para ser “condensado” no texto do objeto impresso. Nesse momento, a cultura que produz a escrita e seus suportes expõe o meticuloso trabalho de fornecimento de materiais de leitura à sociedade e ao leitor, ou seja, o acesso àquele texto com múltiplos contatos na história literária foi concedido por meio da política e das ações que veicularam o livro socialmente; atividade esta que o colocou também na mesma via em que é indicado pela tradição historiográfica da literatura como um elemento de valor estético e artístico.

É importante refletir que a literatura sempre produziu materiais físicos de apropriação dos textos, sejam eles escritos ou orais. Por isso, não há como desvincular a fabricação dos livros das proposições literárias, no mesmo sentido de que há séculos a literatura essencialmente se dá a ver em grande parte por meio dos livros. Tornou-se constante, assim, por um aspecto metonímico, associar as palavras “leitor”, “leitura”, “livro” e “literatura”, mesmo que elas talvez não possuam uma raiz etimológica comum. Além disso, se se considerarmos somente a oralidade dos textos literários, por exemplo, o suporte que veiculará o texto oral também terá a sua materialidade, afinal, um *audiobook* ou um cordel também são livros.

Por fim, cabe assinalar que a condição representativa dessas relações – as imagens conhecidas da História da Literatura e da História do Livro e da Leitura que foram aproximadas neste artigo – é sobremaneira dependente do conjunto de forças que moldam ambos os campos de estudos e suas implicaturas sociais, institucionais, de pesquisa, etc. Apesar das diversas discussões acadêmicas, por outro lado, ainda é legítima a constituição do livro como “objeto literário”, bem como o percurso

da literatura como “materialidade dos textos artísticos”, “arte da escrita”, entre outros nomes. As práticas culturais que nivelam tais analogias são as mesmas que selecionam e combinam convenções de uso das grandes obras: artefatos condicionados intrinsecamente aos seus suportes escritos, e sendo itens de valores comumente referidos como transformadores.

Referências

BIRARDI, A.; CASTELANI, G. R.; BELATTO, L. F. B. O positivismo, os Annales e a Nova História. In: SILVA, R. (Org.). **Klepsidra**. v.1, n. 1, 7. ed. s/p. abril-maio. 2001. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira** – Momentos decisivos. 15. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

CARPEAUX, O. M. **História da literatura ocidental**. São Paulo: LeYa, 2014, 10 v.

CEREJA, W. R. **Ensino de literatura**: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. São Paulo: Atual, 2005.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Edunesp, 1998.

_____. **À beira da falésia** – A história entre certezas e inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

_____. Escutar os mortos com os olhos. Tradução de Jean Briant. **Estudos Avançados** [online]. 2010, vol. 24, n. 69, p. 6-30. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Literatura e cultura escrita: estabilidade das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras. **Escola São Paulo de Estudos Avançados**. 2012. Disponível em: <http://www.espea.iel.unicamp.br/textos/IDtextos_138_pt.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

COMPAGNON, A. Capítulo VI: A história. In: _____. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Mourão e Consuelo Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 195-224.

DARNTON, R. **A questão dos livros**: passado, presente, futuro. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**: História. Teoria. Ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

ISER, W. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996a, 1 v.

_____. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996b.

_____. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999, 2 v.

JAUSS, H. R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JOUBE, V. **A leitura**. Tradução de Brigitte Hervot. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

NEJAR, C. **História da literatura brasileira**. 3. ed. Florianópolis: Unisul, 2014.

TRAGINO, A. O leitor, a leitura, o livro e a literatura na Estética da Recepção e da História Cultural. In: **Revista Mosaicum**. Teixeira de Freitas (BA), v. 1, ano 11, n. 18, p. 24-34, jul/dez 2013. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/788606-Revista-Mosaicum-n-18/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

WHITE, H. **Meta-história**. 2. ed. Tradução de José Laurênio Melo. São Paulo: Edusp, 2008.

ZILBERMAN, R. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: Ática, 2004.

Recebido em 25 de julho de 2016
Aceito em 10 de dezembro de 2016